



Estratégia

CONCURSOS

Aula 14 - Parte 2

Contabilidade Geral p/ Auditor Fiscal do Trabalho - AFT 2017 (Com videoaulas)

Professores: Gabriel Rabelo, Júlio Cardozo, Luciano Rosa

AULA 14: CPC 25. PROVISÕES**SUMÁRIO**

1	CONTINUAÇÃO...	1
2	CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE.....	1
3	DEFINIÇÕES.....	2
4	DIFERENÇAS ENTRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:	4
5	PASSIVO CONTINGENTE	5
6	ATIVO CONTINGENTE	8
7	RECONHECIMENTO	9
8	APÊNDICE C EXEMPLOS: RECONHECIMENTO	10
9	QUESTÕES COMENTADAS	19
10	QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	61
11	GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	74

1 CONTINUAÇÃO...

Olá, meus amigos. Como estão?! Prazer revê-los novamente em mais uma aula.

Hoje, falaremos sobre o CPC 25 – Provisões, passivo contingente e ativo contingente. O tema é extremamente importante para a sua prova, pois todas as bancas estão cobrando.

Vamos à aula?! Então, aos estudos!

Um abraço.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa.

2 CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE.

O assunto é tratado pelo CPC 25, cujo teor será objeto do estudo a seguir.

O Pronunciamento Técnico define **provisão como passivo de prazo ou valor incertos**.

Em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa. Estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados neste Pronunciamento Técnico.

3 DEFINIÇÕES.

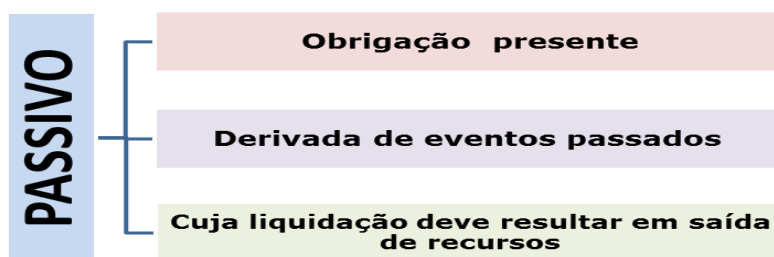
O CPC 25 traz algumas definições importantes para concursos, devemos conhecê-las:

Definições

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

(a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou

(b) a maneira como o negócio é conduzido.

Questões? Vamos lá:



(CESPE/TCE-RO/Ciências Contábeis/2013) É denominado passivo o componente patrimonial que constitui uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados. Espera-se que a liquidação dessa obrigação resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Gabarito → **Certo**

(CESPE/MTE/AFT/2013) A existência de uma obrigação futura é requisito essencial para a contabilização de um passivo.

Gabarito → **Errado**. Deve ser uma obrigação **presente**.

Exemplo de passivo contingente.



Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Na metade do ano de 20X0 é possível que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado após o final do ano. Deverá a empresa, portanto, divulgar o fato em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível no futuro. Ademais, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contudo, se fosse praticamente certo que a lei seria aprovada rapidamente haveria necessidade de se fazer o reconhecimento de uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. A obrigação passa de possível (passivo contingente) para provável (provisão).

4 DIFERENÇAS ENTRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:

(a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:

(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).



Portanto, grave-se esta diferença essencial: **as provisões são contabilizadas, os passivos contingentes não!**

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Provisão:
deve ser
reconhecida
quando
houver:

obrigação presente

provável saída de recursos

estimativa confiável

Uma questão sobre o assunto:

(CESPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.
Gabarito → **Certo**

5 PASSIVO CONTINGENTE

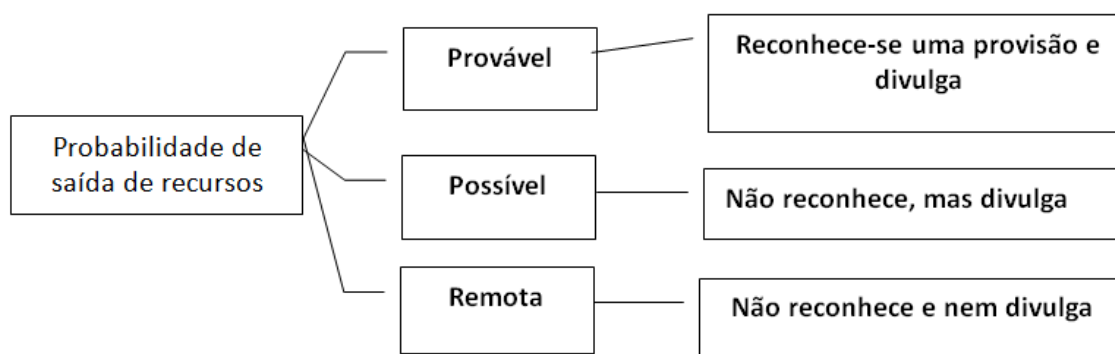
A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim).

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas.**

E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas.**





Para lembrar:

(CESPE/TRT10/Contabilidade/2013) Deve-se reconhecer uma provisão para passivo contingente, caso a entidade preveja a necessidade, ainda que remota, de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar determinada obrigação.

Gabarito → **Errado**. Apenas quando a possibilidade de saída de recursos seja **provável**.

Agora uma questão de cálculo, a FCC adora:



(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).

Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita). Por que reverte tudo? Passou de provisão para passivo contingente.

Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.

Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto: $- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00$ (receita)

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso “provável”):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 (\$1.200.000 - \$550.000).

Gabarito → D.

6 ATIVO CONTINGENTE

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa:** Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) **Provável,** mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto

Como o assunto é cobrado:

(FBC/CFC/Exame de Suficiência/2013 – 2º) A respeito do Ativo Contingente, conforme a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.
- B) O ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- C) Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- D) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Comentário:

Todas estão corretas, exceto a letra D:

“Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.”

Errado. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento **não planejado ou de outros não esperados (...)**

Gabarito → D

7 RECONHECIMENTO**Provisão**

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Obrigação presente

15. Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Evento passado

17. Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esse é o caso somente:

- (a) quando a liquidação da obrigação pode ser imposta legalmente; ou
- (b) no caso de obrigação não formalizada, quando o evento (que pode ser uma ação da entidade) cria expectativas válidas em terceiros de que a entidade cumprirá a obrigação.

8 APÊNDICE C EXEMPLOS: RECONHECIMENTO

Este apêndice é apenas ilustrativo e não faz parte do Pronunciamento Técnico.

Todas as entidades dos exemplos encerram suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro. Em todos os casos, assume-se que uma estimativa confiável pode ser feita para quaisquer saídas esperadas. Em alguns exemplos, as circunstâncias descritas podem ter resultado em reduções ao valor recuperável de ativos – esse aspecto não é tratado nos exemplos. As referências cruzadas fornecidas nos exemplos indicam itens do Pronunciamento Técnico que são particularmente relevantes. As referências sobre a “melhor estimativa” se referem ao montante do valor presente, em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é material.

Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Exemplo 2A – Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 14 e 22).

Exemplo 2B – Terreno contaminado e obrigação não formalizada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação e opera em um país onde não há legislação ambiental. Entretanto, a entidade possui uma política ambiental amplamente divulgada, na qual ela assume a limpeza de toda a

contaminação que causa. A entidade tem um histórico de honrar essa política publicada.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, que dá origem a uma obrigação não formalizada, pois a conduta da entidade criou uma expectativa válida na parte afetada pela contaminação de que a entidade irá limpar a contaminação.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14 e 17).

Exemplo 3 – Atividade de extração de petróleo

Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo na qual seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. Noventa por cento dos custos eventuais são relativos à remoção da perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção, e dez por cento advêm da extração do petróleo. Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – A construção da perfuratriz petrolífera cria uma obrigação legal nos termos da licença para remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico e, portanto, esse é o evento que gera a obrigação. Na data do balanço, entretanto, não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração do petróleo.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de noventa por cento dos custos eventuais que se relacionam com a perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção (ver item 14). Esses custos são incluídos como parte dos custos da perfuratriz petrolífera. Os dez por cento de custos que são originados a partir da extração do petróleo são reconhecidos como passivo quando o petróleo é extraído.

Exemplo 4 – Política de reembolso

Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto, que dá origem à obrigação não formalizada porque a conduta da loja criou uma expectativa válida nos seus clientes de que a loja irá reembolsar as compras.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável, haja vista que bens, em certa proporção, são devolvidos para reembolso (ver item 24).

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de reembolso (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14, 17 e 24).

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão. Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação. Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

Exemplo 6 – Requerimento legal para a instalação de filtro de fumaça

De acordo com a nova legislação, a entidade é requerida a instalar filtros de fumaça nas suas fábricas até 30 de junho de 20X1. A entidade não fez a instalação dos filtros de fumaça.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque não há o evento que gera a obrigação mesmo para os custos de instalação dos filtros de fumaça ou para as multas de acordo com a nova legislação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça (ver itens 14 e 17 a 19).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de um evento passado que gera obrigação – Novamente não há obrigação para os custos de instalação dos filtros de fumaça porque nenhum evento que gera a obrigação ocorreu (a instalação dos filtros). Entretanto, uma obrigação pode surgir do pagamento de multas ou penalidades de acordo com a nova legislação, pois o evento que gera a obrigação ocorreu (a operação da fábrica em não- conformidade com a legislação).

Uma saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – A avaliação da probabilidade de incorrência de multas e penalidades pela não-conformidade da operação depende dos detalhes da legislação e da severidade do regime de execução da lei.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça. Entretanto, uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de quaisquer multas ou penalidades que sejam mais prováveis de serem impostas (ver itens 14 e 17 a 19).

Exemplo 7 – Treinamento para atualização de pessoal como resultado de mudança na tributação do imposto de renda

O governo introduz certo número de mudanças na tributação do imposto de renda. Como resultado dessas mudanças, a entidade do setor financeiro irá necessitar de treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a regulação bancária. Na data do balanço, nenhum treinamento do pessoal havia sido feito.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque o evento que gera a obrigação (treinamento para atualização) não foi realizado.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19).

Exemplo 8 – Contrato oneroso

Uma entidade opera de maneira lucrativa em uma fábrica arrendada conforme arrendamento operacional. Durante dezembro de 20X0, a entidade transfere suas operações para nova fábrica. O arrendamento da antiga fábrica ainda terá que ser pago por mais quatro anos, não pode ser cancelado e a fábrica não pode ser subarrendada para outro usuário.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a assinatura do contrato de arrendamento mercantil, que dá origem a uma obrigação legal.

Uma saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – quando o arrendamento se torna oneroso, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos é provável (até que o arrendamento mercantil se torne oneroso, a entidade contabiliza o arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil).

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos pagamentos inevitáveis do arrendamento mercantil (ver itens 5(c), 14 e 66).

Exemplo 10A – Caso judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, não há obrigação como resultado de eventos passados.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, há uma obrigação presente.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação (itens 14 a 16).

Exemplo 11 – Reparo e manutenção

Alguns ativos necessitam, além de manutenção de rotina, de gastos substanciais a cada período de alguns anos, para reparos ou reformas principais e a substituição de componentes principais. O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado fornece orientação para a alocação de desembolsos com um ativo aos seus componentes quando esses componentes possuem vidas úteis diferentes ou fornecem benefícios em um padrão diferente.

Exemplo 11A – Custo de reforma – não há requisito legal

Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). O custo de substituição do revestimento não é reconhecido porque, na data do balanço, não há obrigação de substituir o revestimento existente independentemente das ações futuras da companhia – mesmo que a intenção de incorrer no desembolso dependa da decisão da companhia de continuar operando o forno ou de substituir o revestimento. Ao invés de uma provisão ser reconhecida, a depreciação do revestimento leva em consideração o seu consumo, ou seja, é depreciado em cinco anos. Os custos do novo revestimento, quando incorridos, são capitalizados e o consumo de cada novo revestimento é capturado pela depreciação ao longo dos cinco anos subsequentes.

Exemplo 11B – Custo de reforma – há requisito legal

Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.

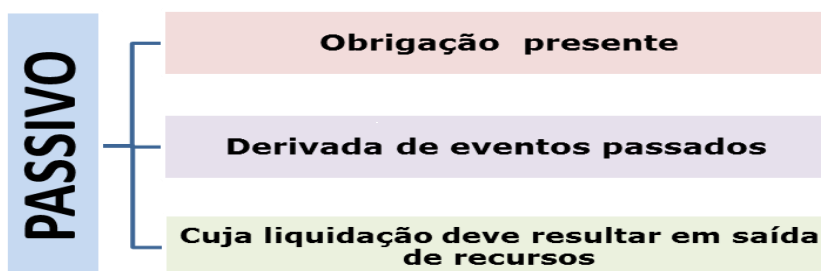


RESUMINDO

9 RESUMO GERAL

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Uma **provisão** deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Se as condições forem satisfeitas, então é um passivo e deve ser contabilizado.

Provisão: deve ser reconhecida quando houver:	obrigação presente
	provável saída de recursos
	estimativa confiável

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto



HORA DE
PRATICAR!

10 QUESTÕES COMENTADAS

1. **(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016)** O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).

Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita). Por que reverte tudo? Passou de provisão para passivo contingente.

Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.

Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto: $- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00$ (receita)

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso “provável”):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 (\$1.200.000 - \$550.000).

Gabarito → D.

2. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** A empresa Processos & Cia. S.A. estava respondendo a alguns processos judiciais, cujas informações estão apresentadas a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, a empresa Processos & Cia. S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.
- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
- (C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
- (E) despesa com provisão no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários

Temos três possíveis situações:

- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa - **Passivo contingente divulgado**.
- 3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado - **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Para gravar:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Feitas essas considerações, vamos resolver a nossa questão.

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Quando a probabilidade de perda for:

Provável: contabiliza um passivo e divulga em nota explicativa.

Possível: Não contabiliza, mas divulga. (É um passivo contingente).

Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Portanto:

- Trabalhista 1: continua provisionando, diminui R\$ 20.000,00 (reversão)
- Tributário 1: era provisão, virou passivo contingente. Reverte os R\$ 180.000,00.
- Tributário 2: passivo contingente, não contabiliza.
- Ambiental 1: constitui nova provisão, no valor de R\$ 40.000,00.

Saldo: + 20.000,00 + 180.000,00 – 40.000,00 = 160.000,00 (receita, ganho líquido)

Gabarito → C.

3. **(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015)** O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- a) 9.300.000,00.
- b) 8.300.000,00.
- c) 4.000.000,00.
- d) 1.000.000,00.
- e) 4.300.000,00.

Comentários:

Questão tranquila! Dissemos na aula que:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Portanto, contabilizaremos os valores de $1.500.000,00 + 2.800.000,00 = 4.300.000,00$.

Gabarito → E.

4. **(FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015)** A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

A resposta está no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada. É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

Gabarito → A.

5. **(FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015)** Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

Comentários:

Conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o cpc 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Muito bem. Vamos analisar as medidas para verificar a necessidade de provisão:

“1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;”

Item de difícil julgamento. Há dois exemplos desse tipo de situação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão.

Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico.

Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

A diferença entre o exemplo 5 A e o 5B é a elaboração do plano detalhado e sua comunicação. Na nossa questão, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa.

Dessa forma, ainda não ocorreu o planejamento detalhado e a comunicação aos clientes, o que não gera provisão, conforme o exemplo 5A.

“2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;”

O presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa. Portanto, os funcionários já estão cientes do programa de demissão de metade dos executivos. Já existe expectativa válida de que a empresa cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, deve ser provisionado.

“3) Construção de um prédio administrativo;”

Trata-se de construção de ativo da empresa. Deve ser contabilizado à medida em que ocorram os gastos. Não gera provisão.

“4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.”

Vamos supor que o encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo gere uma multa equivalente a três meses de aluguel. A empresa pretende construir um prédio e depois disso encerrar o contrato.

Isso não gera nenhuma provisão. A empresa pode mudar de ideia e não encerrar o contrato. O valor só será devido quando ocorrer o cancelamento.

Em outras palavras, não há obrigação presente resultante de fatos ocorridos, o que caracteriza um passivo.

Assim, apenas o item 2 será provisionado.

Gabarito → C

6. **(FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014)** A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – contingências ativas - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – contingências ativas - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000

C – outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

Comentários:

Muito bem. Vamos resumir as informações:

- Sem Luz contrata Revender para serviços de instalações elétricas.
- Revender repassa parte do serviço para Azarada.
- Descuido de funcionários da Azarada ocasiona um incêndio.
- Sem Luz processa Revender em 200.000.
- Revender processa Azarada em 200.000.

A empresa Revender, portanto, está respondendo a um processo, em função da ação da Sem Luz, e ao mesmo tempo move um processo contra a Azarada.

“O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000”. A palavra-chave, aqui, é “Provável”.

Se a empresa estiver sendo processada e o desembolso de recursos for “PROVÁVEL”, a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Se o desembolso de recursos for “POSSÍVEL”, a empresa não contabiliza, mas divulga.

E se for “REMOTO”, a empresa nem contabiliza e nem divulga.

Como a perda de 100.000 é “provável”, a Revender deverá contabilizar:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

“Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.”

Aqui, temos um Ativo Contingente. Um Ativo Contingente não deve ser contabilizado.

Mas, se a possibilidade de recebimento de recursos for “praticamente certa”, então não se trata de ativo contingente. Nesse caso, a empresa contabiliza e divulga em Notas Explicativas.

Se o recebimento de recursos for “Provável”, a empresa não contabiliza, mas divulga em Nota Explicativa.

E se a entrada de recursos for “Possível” ou “Remota”, a empresa não contabiliza e nem divulga.

Como é “possível” que a indenização seja recebida, não deverá ser contabilizada e nem divulgada.

Passivo contingente

Provável: Contabiliza e Divulga

Possível: Não contabiliza, mas divulga

Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Ativo Contingente

Praticamente certo: Contabiliza e Divulga

Provável: Não contabiliza, mas divulga

Possível: Não contabiliza e nem divulga

A resposta, portanto, é a letra B:

D – despesas operacionais (DRE) – \$ 100.000

C – provisões para riscos cíveis (Passivo) – \$ 100.000

Gabarito → B

7. **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

Comentários

A questão busca conhecimentos do CPC 25 – Provisões, que passamos a explicar.

Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O CPC ainda define o conceito de reestruturação, dizendo:

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.

E continua...

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;
- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

Portanto, não resta dúvida de que se trata de uma operação de reestruturação. A questão gira agora em torno do reconhecimento ou não uma provisão. Vejamos...

71. Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões estabelecidos no item 14. Os itens 72 a 83 demonstram como os critérios gerais de reconhecimento se aplicam às reestruturações.

Portanto, a questão pairaria sobre se a decisão da administração em encerrar as atividades seria uma obrigação presente **não formalizada** com escopo no artigo 14, a, do CPC 25.

Agora, vem o ponto chave para resolução da questão. Com fulcro no que diz o Pronunciamento:

75. Uma decisão de reestruturação da administração ou da diretoria tomada antes da data do balanço não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a entidade tenha, antes da data do balanço:

- (a) começado a implementação do plano de reestruturação; ou
- (b) anunciado as principais características do plano de reestruturação àqueles afetados por ele, de forma suficientemente específica, criando neles expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação.

Com efeito, uma vez que a administração da entidade manteve as informações em sigilo, não cabe falar das exceções previstas nos itens a e b do item 75.

Portanto, nenhuma provisão há que ser reconhecida.

Gabarito → E.

8. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

Comentários:

Muito bem. Vamos começar com algumas definições que constam no pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o cpc 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Nesta questão, as “principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.” Existe, portanto, uma obrigação não formalizada, em virtude da comunicação a terceiros.

Vejam agora o que entra na provisão, conforme o pronunciamento CPC 25:

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. A provisão para reestruturação não inclui custos como:

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, não entra na provisão:

- treinamento (podemos descartar a letra D)
- remanejamento da equipe (descartar letra A)
- marketing (descartar letra E)
- investimento em novos sistemas (descartar letra C)
- redes de distribuição

Sobrou só a letra B, que é o gabarito.

Gabarito → B.

9. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** Uma empresa tem filial em vários países do mundo. Em relação ao desmatamento de árvores, a política da empresa é somente replantá-las quando é obrigada pela lei do país em que está.

A filial brasileira da empresa tem cinco anos. No país, ela vem derrubando árvores sem replantá-las, uma vez que a legislação não determina que isto seja feito.

Em 31/12/2013, os advogados da empresa comunicaram aos contadores que é praticamente certo que uma lei seria aprovada até o final do ano obrigando o replantio de árvores.

Assinale a opção que indica o posicionamento dos contadores.

- a) Constituir provisão para contingências uma vez que é provável que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.
- b) Divulgar o fato em nota explicativa, uma vez que há incertezas em relação à nova legislação.
- c) Esperar novas notícias em relação à legislação, não se posicionando sobre o assunto,
- d) Constituir uma reserva para contingências, uma vez que é provável que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.
- e) Divulgar o fato em nota explicativa, uma vez que é possível que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.

Comentários:

A questão foi copiada de um exemplo do pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 2A – Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada.

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável.**

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

Gabarito → A.

10. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.
- d) 2014.
- e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

Comentários:

A ação na justiça é um Passivo Contingente. Quando a possibilidade de desembolso de um passivo contingente for:

Provável: a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Possível: empresa não contabiliza, mas divulga

Remoto: não contabiliza e nem divulga

Em 2012, os consultores jurídicos consideraram que o risco de perda era remoto. Nesse caso, a empresa não contabiliza e não divulga.

Em 2013, a Justiça determinou que a empresa deve pagar. Com base na decisão da Justiça, a empresa provisiona a perda, diminuindo o resultado:

D – Despesa com ação trabalhista (Resultado)

C – Ações trabalhista a pagar ou Provisão para ações trabalhista (Passivo)

Portanto, a diminuição do resultado ocorre em 2013. Em 2014 (quando do pagamento) haverá apenas fato permutativo, sem afetar o resultado:

D - Ações trabalhista a pagar (passivo)

C –Caixa ou banco (Ativo)

Gabarito → C.

11. **(FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010)** A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

(A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.

(B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.




(C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.

(D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.


(E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

Comentários

O CPC 25 – Provisões e Passivos Contingentes - traz algumas definições importantes para concursos, devemos conhecê-las:

-  Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.
-  Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
-  Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

 Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Exemplo de passivo contingente. Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. Deverá, portanto, reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

O concurseiro deve saber, para a prova, distinguir entre provisões e passivos contingentes. Vamos lá:

- (a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:
 - (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
 - (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Portanto, grave-se esta diferença: **AS PROVISÕES SÃO CONTABILIZADAS, OS PASSIVOS CONTINGENTES NÃO!**

Reconhecimento de Provisões

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
 - (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

São, portanto, três condições para que se reconheça uma provisão. Vamos ver um exemplo?

Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida.

Vejamos como os requisitos são atendidos...

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado

Trata-se o evento passado da venda do produto! Essa venda dá origem à obrigação não formalizada uma vez que a loja cria expectativa em seus clientes.

- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;

São os próprios recursos a serem devolvidos aos clientes insatisfeitos.

- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se esse requisito não puder ser satisfeito, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Ao revés, em se atendendo os requisitos, devemos reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos do reembolso.

Continuando...

As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e não da sua possível posição no futuro. Por isso, **nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro**. Os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data do balanço.

São **reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados** que existam independentemente de ações futuras da entidade (isto é, a conduta futura dos seus negócios). São exemplos de tais obrigações as penalidades ou os custos de limpeza de danos ambientais ilegais, que em ambos os casos dariam origem na liquidação a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos independentemente das ações futuras da entidade.

De forma similar, a entidade reconhece uma provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo ou de central elétrica nuclear na medida em que a entidade é obrigada a retificar danos já causados. Por outro lado, devido a pressões comerciais ou exigências legais, a entidade pode pretender ou precisar efetuar gastos para operar de forma particular no futuro (por exemplo, montando filtros de fumaça em certo tipo de fábrica). Dado que a entidade pode evitar os gastos futuros pelas suas próprias ações, por exemplo, alterando o seu modo de operar, ela não tem nenhuma obrigação presente relativamente a esse gasto futuro e nenhuma provisão é reconhecida.

Outro aspecto que pode ser cobrado em prova é que uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Não é necessário, porém, saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação – na verdade, a obrigação pode ser ao público em geral.

Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como provável se o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

Reconhecimento de Passivo Contingente

Como já dissemos a entidade **não deve reconhecer um passivo contingente** (item 27, CPC 25).

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma saída de recursos possível, mas não provável (probabilidade do não é maior que a do sim).

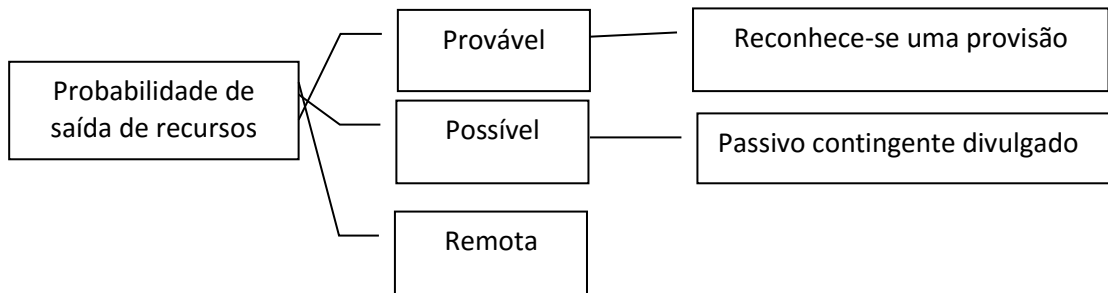
Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. sua divulgação será feita tão-somente em notas explicativas.

E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas (item 28 do CPC 25).

29. Quando a entidade for conjunta e solidariamente responsável por obrigação, a parte da obrigação que se espera que as outras partes liquidem é tratada como passivo contingente. A entidade reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita.

Portanto, em obrigações solidárias, a parte de outrem é reconhecida como passivo contingente. A parte da empresa é reconhecida como provisão, salvo se nenhuma estimativa puder ser feita.

Gravem o seguinte para a prova:



Analisemos agora a nossa questão...

"A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é **POSSÍVEL**. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima".

Trata-se, portanto, de saída de recursos "possível". Logo, deve ser reconhecido um passivo contingente, divulgando o fato em notas explicativas.

Gabarito → B.

12. **(FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011)**) Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

Comentários:

Já vimos na questão anterior esse resumo:

Saída de recurso:

Provável: reconhece (contabiliza) uma provisão e divulga.

Possível: Não contabiliza, mas divulga.

Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Portanto, o gabarito é a letra D: Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.

Gabarito → D

13. **(FGV/Contador/SUDENE/PE/2013)** O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

Comentários

Esse item será visto mais à frente!

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Segundo o CPC 25, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja **praticamente certa**, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Gabarito → D.

14. Analise as assertivas a seguir e assinale a opção **incorreta**:

- a) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- b) Passivo contingente pode ser uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- c) Passivo contingente poder ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- d) Passivo contingente poder ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- e) Provisão é um passivo de prazo ou de valor certo ou incerto.

Comentários

A letra a está correta. Segundo o CPC 25 (item 10), passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se

espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Podemos citar como exemplo a compra de mercadorias a prazo por uma empresa. A obrigação se trata do contrato de compra/venda já firmado, cuja liquidação (pagamento ao fornecedor) resultará em saída de recursos da entidade (dinheiro) que seriam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

As letras **b**, **c** e **d** também estão corretas. A noção do que vem a ser passivo contingente é essencial para levarmos para a prova, senão vejamos:

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

A letra e é o nosso gabarito. Segundo o CPC, provisão é um passivo de **prazo ou de valor incertos**. Tratando-se de valor certo não há que se falar em provisão, mas sim de passivo propriamente dito.

Gabarito → E.

15. Assinale a alternativa correta.

- a) Os passivos são contingentes quando sua existência for confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos totalmente sob o controle da entidade.
- b) As provisões não são reconhecidas, já os passivos contingentes são reconhecidos no balanço.
- c) Atendendo-se os outros requisitos, uma provisão é reconhecida se a entidade tem uma obrigação presente legal como resultado de evento passado, não se considerando neste caso as obrigações não formalizadas.
- d) As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e não da sua possível posição no futuro. Por isso, nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro. Os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data do balanço.

e) Para se reconhecer uma provisão, é necessário conhecer a outra parte, isto é, a quem se deve o valor, não sendo possível ter o público em geral como pólo da demanda.

Comentários

Letra a: Incorreta. Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, no CPC 25 o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

Letra b: Incorreta. Com esboço no CPC, item 13, temos que:

(a) provisões – são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(b) passivos contingentes – não são reconhecidos como passivo porque são:

(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Letra c: Incorreta. Para que uma provisão seja reconhecida, deve-se **cumulativamente** atender aos seguintes requisitos:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (**legal ou não formalizada**) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, devemos considerar também as obrigações não formalizadas, como é o nosso exemplo da empresa que devolve o dinheiro para clientes insatisfeitos.

Letra d: Correta. Reproduz o item 18 do CPC.

Letra e: Incorreta. A obrigação pode, sim, ser ao público em geral.

20. Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Não é necessário, porém, saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação – na verdade, **a obrigação pode ser ao público em geral**. Em virtude de obrigação envolver sempre compromisso com outra parte, isso implica que a decisão da diretoria ou do conselho de administração não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a decisão tenha sido comunicada antes daquela data aos afetados por ela de forma suficientemente específica para suscitar neles uma expectativa válida de que a entidade cumprirá as suas responsabilidades.

Gabarito → D.

16. Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

Em 31 de dezembro de 20X0, com base na situação descrita, assinale a alternativa correta.

- (a) Há obrigação a ser reconhecida.

- (b) Deve ser reconhecido um passivo contingente qualquer que seja a probabilidade de saída de recursos.
- (c) Deve ser reconhecida uma provisão.
- (d) A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota.
- (e) Nada deve ser feito contabilmente até que seja solicitada uma estimativa formal pelo juiz competente.

Comentários

Em 31 de dezembro de **20X0**, baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, não há obrigação como resultado de eventos passados. Conclusão: Nenhuma provisão é reconhecida. Lembrem-se das condições ditas no capítulo para reconhecimento da provisão. A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota, hipótese em que será dispensada a divulgação.

Gabarito → D.

17. Ainda, de acordo com o enunciado utilizado para a questão 16, é incorreto inferir, em **31 de dezembro de 20X1**, que:

- (a) Haverá obrigação presente.
- (b) É provável que haja saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação.
- (c) Deve ser reconhecida uma provisão.
- (d) Essa provisão, se reconhecida, será mensurada pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 20X0.
- (e) A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

Comentários

Baseado na evidência disponível há uma obrigação presente. Como a saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação é provável, uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, neste caso, em 31 de dezembro de 20X1 (itens 14 a 16). Portanto, as letras “a”, “b” e “c” estão corretas e a letra “d” está incorreta, uma vez que deveria constar ano de 20X1 e não 20X0.

O passivo contingente não deve ser reconhecido contabilmente (item 27 do CPC), exceto na combinação de negócios, tópico que será visto oportunamente. O que ocorre é a sua divulgação. Observem que estamos falando de formalidades distintas. Todavia, neste caso não há que se falar em passivo contingente, mas sim em provisão. A letra e, portanto, está correta.

Gabarito → D.

18. Assinale a opção incorreta.

- a) Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos. Nenhuma provisão é reconhecida, posto que não há obrigação presente.
- b) Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos. Neste caso, nenhuma provisão deve ser reconhecida, posto que não há obrigação presente.
- c) Uma entidade está envolvida em disputa com um concorrente, que está alegando que a entidade infringiu patentes e está reclamando indenização de \$ 100 milhões. A entidade reconhece uma provisão pela sua melhor estimativa da obrigação, mas não divulga nenhuma informação requerida pelo CPC 25. Incorre a entidade em falta grave.
- d) Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão. O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada. Como a saída de recursos é provável, uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão.
- e) Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.

Comentários

Item a: **Correto.** O custo de substituição do revestimento não é reconhecido porque, na data do balanço, não há obrigação de substituir o revestimento existente independentemente das ações futuras da companhia – mesmo que a intenção de incorrer no desembolso dependa da decisão da companhia de continuar operando o forno ou de substituir o revestimento. Ao invés de uma provisão ser reconhecida, a depreciação do revestimento leva em consideração o seu consumo, ou seja, é depreciado em cinco anos. Os custos do novo revestimento, quando incorridos, são capitalizados e o consumo de cada novo revestimento é capturado pela depreciação ao longo dos cinco anos subsequentes.

Item b: **Correto.** Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os

custos de substituição do revestimento do exemplo da letra a. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave.

Item c: **Incorreto**. Segundo o item 92 do CPC:

92. Em casos extremamente raros, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas pelos itens 84 a 89 prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Em tais casos, a entidade não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa.

Portanto, a entidade deveria divulgar uma informação com o seguinte teor aproximado:

Uma ação está em processo contra a companhia relativa a uma disputa com um concorrente que alega que a companhia infringiu patentes e está reclamando indenização de \$ 100 milhões. A informação usualmente requerida pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não é divulgada porque isso pode prejudicar seriamente o resultado da ação. Os administradores são da opinião de que o processo pode ser concluído de forma favorável à companhia.

Item d: **Correto**. Ver item 72 da norma.

Item e: **Correto**. Cópia fiel do item 63 da norma. A expectativa de perdas operacionais futuras é uma indicação de que certos ativos da unidade operacional podem não ser recuperáveis. A entidade deve testar esses ativos quanto à recuperabilidade segundo o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (item 65).

Gabarito → C.

19. (ICMS/RJ/2010/FGV) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do

valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

Comentários

Analisemos a nossa questão...

"A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é **POSSÍVEL**. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima".

Trata-se, portanto, de saída de recursos "possível". Logo, deve ser reconhecido um passivo contingente, divulgando o fato em notas explicativas.

Gabarito → B.

20. (Analista de Mercados de Capitais/CVM/2010/ESAF/Adaptado) De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, um passivo deve ser classificado como Passivo Contingente quando satisfizer, dentre outros, o seguinte critério:

- a) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- b) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- c) está detido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- d) deverá ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço.
- e) a entidade não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Comentários

Conforme o Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Portanto, um passivo que satisfaça o critério exigido na letra A, ou seja, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, deve ser Classificado como Passivo Contingente.

As outras assertivas foram copiadas do Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, mas referem-se aos critérios para classificar um passivo como circulante. Copiamos abaixo parte do texto do pronunciamento 26:

Passivo circulante

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Gabarito → A.

21. (FCC/Analista de Controle Externo/TCE/AP/2012) Analise a tabela abaixo.

Tabela de expectativas processuais

Processo trabalhista (horas extras)	R\$ 500.000,00	Probabilidade de perda 58%
Processo trabalhista (assédio moral)	R\$ 300.000,00	Probabilidade de perda 45%
Processo civil (danos corporais)	R\$ 250.000,00	Probabilidade de perda 30%
Processo tributário discussão da constitucionalidade do Cofins	R\$ 800.000,00	Probabilidade de perda 85%

Com base nos dados da tabela, fornecidos pelo advogado da empresa Avante S.A. e considerando as condições estabelecidas nas normas contábeis vigentes para constituição das provisões contingenciais, a empresa deve provisionar:

- (A) R\$ 1.300.000,00.
- (B) R\$ 1.850.000,00.
- (C) R\$ 800.000,00.
- (D) R\$ 1.050.000,00.
- (E) R\$ 300.000,00.

Comentários

De acordo com o Pronunciamento Contábil 25 do CPC: **provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.**

Ainda:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

23. Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Para a finalidade desta Norma, **uma saída de recursos ou outro evento é considerado como provável se o evento for mais provável que sim do**

que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Quando não for provável que exista uma obrigação presente, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja remota.

Assim, na questão, deveremos provisionar o montante de R\$ 1.300.000,00, relativos a:

Processo trabalhista (horas extras) - R\$ 500.000,00 - Probabilidade de perda 58%

Processo tributário discussão da constitucionalidade do COFINS - R\$ 800.000,00 - Probabilidade de perda 85%

Os outros itens deverão ser divulgados em **notas explicativas** como passivos contingentes.

Processo trabalhista (assédio moral) - R\$ 300.000,00 - Probabilidade de perda 45%

Processo civil (danos corporais) - R\$ 250.000,00 - Probabilidade de perda 30%

Gabarito → A.

22. (FEMPERJ/TCE-RJ/Analista – Ciências Contábeis/2012) Com a convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, sabe-se que as práticas contábeis locais foram sensivelmente modificadas. Quanto às funções e ao funcionamento das contas, é correto afirmar que:

A) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas que representem passivos com prazo ou valor incertos;

B) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: dividendos adicionais propostos; juros passivos a apropriar; e contingências trabalhistas;

C) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: férias e 13º salários devidos aos funcionários; e dividendos mínimos obrigatórios;

D) a conta “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” possui natureza credora e é classificada como uma conta de passivo;

E) a conta “Duplicatas Descontadas” possui natureza credora e representa, em sua essência, uma extensão da conta “duplicatas a receber”.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

A) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas que representem passivos com prazo ou valor incertos;

Correto. É a definição que consta no Pronunciamento CPC 25; “**Provisão** é um passivo de prazo ou de valor incertos.”

B) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: dividendos adicionais propostos; juros passivos a apropriar; e contingências trabalhistas;

Errado. Se a conta não apresenta prazo ou valor incerto não é provisão.

C) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: férias e 13º salários devidos aos funcionários; e dividendos mínimos obrigatórios;

Errado. Tais contas devem ser denominadas como “Férias e 13º a pagar” e “Dividendos a Pagar”.

D) a conta “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” possui natureza credora e é classificada como uma conta de passivo;

Errado. As “Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa” possui natureza credora, mas é classificada como Retificadora do Ativo.

E) a conta “Duplicatas Descontadas” possui natureza credora e representa, em sua essência, uma extensão da conta “duplicatas a receber”.

Errado. A conta “Duplicatas Descontadas” possui natureza credora, mas representa, em sua essência, um empréstimo garantido pelas duplicatas. Deve ser classifica no Passivo.

Gabarito → A.

23. (FEMPERJ/TCE-RJ/Analista – Ciências Contábeis/2012) Uma lei publicada pela prefeitura do Rio de Janeiro está causando dúvida entre os contadores dos clubes de futebol da cidade. De acordo com a nova legislação, os clubes precisarão, até 30 de junho de 2011, treinar e certificar jogadores do elenco profissional para atuar no novo estádio do Maracanã, sem danificar o gramado. No Clube de Regatas Cama de Gato, por exemplo, nenhum dos 30 jogadores do elenco principal terá sido treinado até 31 de dezembro de 2010. Entretanto, a diretoria do clube divulgou nota informando que o treinamento e a certificação estão previstos para acontecer em maio de 2011 a um custo de \$ 2.000,00 por

atleta. Enquanto isso, a prefeitura tem feito campanhas educativas e ressaltado que os clubes inadimplentes com a determinação do município serão penalizados com multa de R\$ 40.000,00 por atleta, devendo ser pagas até 20 dias após o prazo estipulado.

Em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, deve ser feita em 31 de dezembro de 2010 a seguinte provisão:

- A) R\$ 1.200.000,00;
- B) R\$ 60.000,00;
- C) R\$ 1.260.000,00;
- D) R\$ 42.000,00;
- E) Zero

Comentários:

Compare o enunciado desta questão com o Exemplo 7 do Pronunciamento:

Exemplo 7 – Treinamento para atualização de pessoal como resultado de mudança na tributação do imposto de renda

O governo introduz certo número de mudanças na tributação do imposto de renda. Como resultado dessas mudanças, a entidade do setor financeiro irá necessitar de treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a regulação bancária. Na data do balanço, nenhum treinamento do pessoal havia sido feito.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque o evento que gera a obrigação (treinamento para atualização) não foi realizado.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida.

Com relação à questão, até 31.12.2010 não deve ser reconhecida nenhuma provisão. A legislação que poderá resultar em multa no valor de R\$ 40.000,00 por atleta ainda não entrou em vigor.

Quanto ao treinamento, também não resultado em provisão. Não há obrigação presente, pois o evento que gera a provisão (o treinamento) não foi realizado.

Assim, nenhuma provisão é reconhecida.

Gabarito → E.

24. (FEPESE/UFFS/Contador/2012) Uma provisão só deve ser reconhecida se atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a. () A entidade tem uma obrigação legal ou formalizada presente ou futura como consequência de um evento presente ou passado; é possível a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- b. () Quando uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência for confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- c. () Quando não for provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou quando o valor da obrigação não pode ser adequadamente mensurado.
- d. () A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- e. () A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é remota a saída de recursos para liquidar a obrigação no momento, mas possível no ano seguinte; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

A alternativa correta é a D: A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

Vamos ver o erro das outras alternativas:

- a. obrigação **futura**; como consequência de um evento **presente**; é **possível** a saída de recursos para liquidar a obrigação.
- b. obrigação **possível**.
- c. Quando não for **provável** que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação.
- e. é **remota** a saída de recursos para liquidar a obrigação no momento.

Gabarito → D.

25. (FCC/SABESP/Analista de Contabilidade/2012) Considere as seguintes assertivas:

- I. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
- II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio da data da operação.
- III. Todas as obrigações classificadas como prováveis e possíveis devem ser reconhecidas no passivo.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

I. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Correta.

II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio da data da operação.

Errada. Conforme a Lei 6404/76:

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

(...)

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III. Todas as obrigações classificadas como prováveis e possíveis devem ser reconhecidas no passivo.

Errada. Só as obrigações classificadas como prováveis são reconhecidas (contabilizadas). As obrigações possíveis são apenas divulgadas em Nota Explicativa.

Gabarito → A.

26. (FCC/MPE-SE/Analista Contabilidade/2009) A contrapartida do registro de uma provisão tem como consequência

- (A) um aumento de Despesa.
- (B) um aumento no resultado final.
- (C) uma diminuição de Passivo.
- (D) um aumento de Ativo.
- (E) uma diminuição da Receita.

Comentários:

Geralmente, as provisões são contabilizadas da seguinte forma:

- D – Despesa
- C – Provisão para contingências (Passivo)

Mas algumas provisões eram classificadas como retificadora do Ativo. Exemplo:

- D – Despesa com devedores duvidosos (resultado)
- C – Provisão para devedores duvidosos (retificadora do ativo)

Assim, a contabilização de uma provisão pode ter como consequência um aumento do Passivo ou uma diminuição do Ativo; diminui o resultado; não afeta as receitas; e sempre resultam em aumento da despesa.

Atualmente, as antigas “provisões” retificadoras do Ativo são chamadas de “Ajustes”. Exemplo: Ajuste com perda com devedores duvidosos; Ajuste para redução ao valor recuperável, etc.

Mas, se na sua prova aparecer a terminologia antiga (Provisão para devedores duvidosos, por exemplo) aceite normalmente.

Gabarito → A.

27. (FCC/MP Amapá/Analista – Ciências Contábeis/2012) A empresa Justos S.A. possui vários prejuízos fiscais decorrentes da sua fase inicial de implantação. No atual exercício passou a realizar os resultados projetados em seu plano de negócios. Há evidências grandes da realização de resultados nesse exercício. Dessa forma, deve a empresa:

- (A) compensar os ativos contingentes com os passivos contingentes, reconhecendo-os pelo resultado líquido.
- (B) aguardar a efetivação dos lucros e reconhecer no exercício seguinte os ativos contingentes.
- (C) não reconhecer os ativos contingentes, somente compensando-os contra o imposto devido.
- (D) reconhecer os ativos contingentes contabilmente nas demonstrações contábeis.
- (E) evidenciar os ativos contingentes somente em notas explicativas

Comentários:

Como é praticamente certo que a empresa irá compensar os prejuízos fiscais, deve reconhecer um ativo (que não é mais contingente, pois é praticamente certa a sua realização).

Gabarito → D

28. (CESGRANRIO/LIQUIGAS/Ciências Contábeis – Jr./2012) Uma companhia aberta que opera na área de petróleo lavrou um contrato de licença de extração de petróleo em que se comprometeu a remover o equipamento perfuratriz ao final da extração e a restaurar o solo oceânico. Uma estimativa confiável dos custos eventuais indica a seguinte distribuição: 55% instalação da perfuratriz, 25% restauração do solo oceânico e 20% extração do petróleo.

No encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, o equipamento perfuratriz estava completamente construído e instalado, pronto para operar, mas nenhum petróleo havia sido extraído ainda.

Considerando o disposto no CPC 25 e respectivos anexos, aprovado pela Deliberação CVM no 594/2009, de 15 de setembro de 2009, e as informações recebidas, a companhia, no Balanço de 31 de dezembro de 2010, deve reconhecer a provisão competente, aplicando sobre o valor dos custos eventuais o percentual de

- (A) 100%
- (B) 80%
- (C) 75%
- (D) 55%

(E) 25%

Comentários:

Compare o enunciado desta questão com o Exemplo 3 do Pronunciamento:

Exemplo 3 – Atividade de extração de petróleo

Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo na qual seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. Noventa por cento dos custos eventuais são relativos à remoção da perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção, e dez por cento advêm da extração do petróleo. Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – A construção da perfuratriz petrolífera cria uma obrigação legal nos termos da licença para remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico e, portanto, esse é o evento que gera a obrigação. Na data do balanço, entretanto, não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração do petróleo.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de noventa por cento dos custos eventuais que se relacionam com a perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção (ver item 14). Esses custos são incluídos como parte dos custos da perfuratriz petrolífera. Os dez por cento de custos que são originados a partir da extração do petróleo são reconhecidos como passivo quando o petróleo é extraído.

Na questão da Cesgranrio, a instalação da perfuratriz cria uma obrigação legal para a remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico, sendo esse o evento que gera a obrigação.

Mas não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração de petróleo, pois a empresa ainda não iniciou a extração.

O percentual aplicado é de:

55% instalação da perfuratriz + 25% restauração do solo oceânico = 80%

Gabarito → B

11 QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

1. **(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016)** O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

2. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** A empresa Processos & Cia. S.A. estava respondendo a alguns processos judiciais, cujas informações estão apresentadas a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, a empresa Processos & Cia. S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.

- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
(C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
(D) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
(E) despesa com provisão no valor de R\$ 20.000,00.

3. **(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015)** O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- a) 9.300.000,00.
b) 8.300.000,00.
c) 4.000.000,00.
d) 1.000.000,00.
e) 4.300.000,00.

4. **(FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015)** A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

5. **(FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015)** Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

6. **(FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014)** A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

(A) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000

(B) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000

(C) D – contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000

(D) D – contingências ativas - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000

(E) D – contingências ativas - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

7. **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

8. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

9. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** Uma empresa tem filial em vários países do mundo. Em relação ao desmatamento de árvores, a política da empresa é somente replantá-las quando é obrigada pela lei do país em que está.

A filial brasileira da empresa tem cinco anos. No país, ela vem derrubando árvores sem replantá-las, uma vez que a legislação não determina que isto seja feito.

Em 31/12/2013, os advogados da empresa comunicaram aos contadores que é praticamente certo que uma lei seria aprovada até o final do ano obrigando o replantio de árvores.

Assinale a opção que indica o posicionamento dos contadores.

- a) Constituir provisão para contingências uma vez que é provável que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.
- b) Divulgar o fato em nota explicativa, uma vez que há incertezas em relação à nova legislação.
- c) Esperar novas notícias em relação à legislação, não se posicionando sobre o assunto,
- d) Constituir uma reserva para contingências, uma vez que é provável que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.
- e) Divulgar o fato em nota explicativa, uma vez que é possível que haja saída de recursos e o evento que gera a obrigação já existe.

10. **(FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)** O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.
- d) 2014.
- e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

11. **(FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010)** A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

12. **(FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011)** Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

13. **(FGV/Contador/SUDENE/PE/2013)** O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

14. Analise as assertivas a seguir e assinale a opção **incorreta**:

- a) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- b) Passivo contingente pode ser uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- c) Passivo contingente poder ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- d) Passivo contingente poder ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- e) Provisão é um passivo de prazo ou de valor certo ou incerto.

15. Assinale a alternativa correta.

- a) Os passivos são contingentes quando sua existência for confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos totalmente sob o controle da entidade.
- b) As provisões não são reconhecidas, já os passivos contingentes são reconhecidos no balanço.
- c) Atendendo-se os outros requisitos, uma provisão é reconhecida se a entidade tem uma obrigação presente legal como resultado de evento passado, não se considerando neste caso as obrigações não formalizadas.
- d) As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e não da sua possível posição no futuro. Por isso, nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro. Os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data do balanço.
- e) Para se reconhecer uma provisão, é necessário conhecer a outra parte, isto é, a quem se deve o valor, não sendo possível ter o público em geral como pólo da demanda.

16. Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de

20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

Em 31 de dezembro de 20X0, com base na situação descrita, assinale a alternativa correta.

- (a) Há obrigação a ser reconhecida.
- (b) Deve ser reconhecido um passivo contingente qualquer que seja a probabilidade de saída de recursos.
- (c) Deve ser reconhecida uma provisão.
- (d) A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota.
- (e) Nada deve ser feito contabilmente até que seja solicitada uma estimativa formal pelo juiz competente.

17. Ainda, de acordo com o enunciado utilizado para a questão 16, é incorreto inferir, em **31 de dezembro de 20X1**, que:

- (a) Haverá obrigação presente.
- (b) É provável que haja saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação.
- (c) Deve ser reconhecida uma provisão.
- (d) Essa provisão, se reconhecida, será mensurada pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 20X0.
- (e) A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

18. Assinale a opção incorreta.

- a) Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos. Nenhuma provisão é reconhecida, posto que não há obrigação presente.
- b) Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos. Neste caso, nenhuma provisão deve ser reconhecida, posto que não há obrigação presente.
- c) Uma entidade está envolvida em disputa com um concorrente, que está alegando que a entidade infringiu patentes e está reclamando indenização de \$ 100 milhões. A entidade reconhece uma provisão pela sua melhor estimativa da obrigação, mas não divulga nenhuma informação requerida pelo CPC 25. Incorre a entidade em falta grave.
- d) Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre

demissões foram enviadas para o pessoal da divisão. O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada. Como a saída de recursos é provável, uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão.

e) Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.

19. (ICMS/RJ/2010/FGV) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

20. (Analista de Mercados de Capitais/CVM/2010/ESAF/Adaptado) De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, um passivo deve ser classificado como Passivo Contingente quando satisfizer, dentre outros, o seguinte critério:

- a) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- b) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- c) está detido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- d) deverá ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço.
- e) a entidade não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

21. (FCC/Analista de Controle Externo/TCE/AP/2012) Analise a tabela abaixo.

Tabela de expectativas processuais

Processo trabalhista (horas extras)	R\$ 500.000,00	Probabilidade de perda 58%
Processo trabalhista (assédio moral)	R\$ 300.000,00	Probabilidade de perda 45%
Processo civil (danos corporais)	R\$ 250.000,00	Probabilidade de perda 30%
Processo tributário discussão da constitucionalidade do Cofins	R\$ 800.000,00	Probabilidade de perda 85%

Com base nos dados da tabela, fornecidos pelo advogado da empresa Avante S.A. e considerando as condições estabelecidas nas normas contábeis vigentes para constituição das provisões contingenciais, a empresa deve provisionar:

- (A) R\$ 1.300.000,00.
- (B) R\$ 1.850.000,00.
- (C) R\$ 800.000,00.
- (D) R\$ 1.050.000,00.
- (E) R\$ 300.000,00.

22. (FEMPERJ/TCE-RJ/Analista – Ciências Contábeis/2012) Com a convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, sabe-se que as práticas contábeis locais foram sensivelmente modificadas. Quanto às funções e ao funcionamento das contas, é correto afirmar que:

- A) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas que representem passivos com prazo ou valor incertos;
- B) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: dividendos adicionais propostos; juros passivos a apropriar; e contingências trabalhistas;
- C) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: férias e 13º salários devidos aos funcionários; e dividendos mínimos obrigatórios;
- D) a conta “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” possui natureza credora e é classificada como uma conta de passivo;
- E) a conta “Duplicatas Descontadas” possui natureza credora e representa, em sua essência, uma extensão da conta “duplicatas a receber”.

23. (FEMPERJ/TCE-RJ/Analista – Ciências Contábeis/2012) Uma lei publicada pela prefeitura do Rio de Janeiro está causando dúvida entre os contadores dos clubes de futebol da cidade. De acordo com a nova legislação, os clubes precisarão, até 30 de junho de 2011, treinar e certificar jogadores do elenco profissional para atuar no novo estádio do Maracanã, sem danificar o gramado.

No Clube de Regatas Cama de Gato, por exemplo, nenhum dos 30 jogadores do elenco principal terá sido treinado até 31 de dezembro de 2010. Entretanto, a diretoria do clube divulgou nota informando que o treinamento e a certificação estão previstos para acontecer em maio de 2011 a um custo de \$ 2.000,00 por atleta. Enquanto isso, a prefeitura tem feito campanhas educativas e ressaltado que os clubes inadimplentes com a determinação do município serão penalizados com multa de R\$ 40.000,00 por atleta, devendo ser pagas até 20 dias após o prazo estipulado.

Em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, deve ser feita em 31 de dezembro de 2010 a seguinte provisão:

- A) R\$ 1.200.000,00;
- B) R\$ 60.000,00;
- C) R\$ 1.260.000,00;
- D) R\$ 42.000,00;
- E) Zero

24. (FEPESE/UFFS/Contador/2012) Uma provisão só deve ser reconhecida se atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a. () A entidade tem uma obrigação legal ou formalizada presente ou futura como consequência de um evento presente ou passado; é possível a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- b. () Quando uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência for confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- c. () Quando não for provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou quando o valor da obrigação não pode ser adequadamente mensurado.
- d. () A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- e. () A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é remota a saída de recursos para liquidar a obrigação no momento, mas possível no ano seguinte; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

25. (FCC/SABESP/Analista de Contabilidade/2012) Considere as seguintes assertivas:

- I. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
- II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio da data da operação.
- III. Todas as obrigações classificadas como prováveis e possíveis devem ser reconhecidas no passivo.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

26. (FCC/MPE-SE/Analista Contabilidade/2009) A contrapartida do registro de uma provisão tem como consequência

- (A) um aumento de Despesa.
- (B) um aumento no resultado final.
- (C) uma diminuição de Passivo.
- (D) um aumento de Ativo.
- (E) uma diminuição da Receita.

27. (FCC/MP Amapá/Analista – Ciências Contábeis/2012) A empresa Justos S.A. possui vários prejuízos fiscais decorrentes da sua fase inicial de implantação. No atual exercício passou a realizar os resultados projetados em seu plano de negócios. Há evidências grandes da realização de resultados nesse exercício. Dessa forma, deve a empresa:

- (A) compensar os ativos contingentes com os passivos contingentes, reconhecendo-os pelo resultado líquido.
- (B) aguardar a efetivação dos lucros e reconhecer no exercício seguinte os ativos contingentes.
- (C) não reconhecer os ativos contingentes, somente compensando-os contra o imposto devido.
- (D) reconhecer os ativos contingentes contabilmente nas demonstrações contábeis.
- (E) evidenciar os ativos contingentes somente em notas explicativas

28. (CESGRANRIO/LIQUIGAS/Ciências Contábeis – Jr./2012) Uma companhia aberta que opera na área de petróleo lavrou um contrato de licença de extração de petróleo em que se comprometeu a remover o equipamento perfuratriz ao final da extração e a restaurar o solo oceânico. Uma estimativa confiável dos

custos eventuais indica a seguinte distribuição: 55% instalação da perfuratriz, 25% restauração do solo oceânico e 20% extração do petróleo.

No encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, o equipamento perfuratriz estava completamente construído e instalado, pronto para operar, mas nenhum petróleo havia sido extraído ainda.

Considerando o disposto no CPC 25 e respectivos anexos, aprovado pela Deliberação CVM no 594/2009, de 15 de setembro de 2009, e as informações recebidas, a companhia, no Balanço de 31 de dezembro de 2010, deve reconhecer a provisão competente, aplicando sobre o valor dos custos eventuais o percentual de

- (A) 100%
- (B) 80%
- (C) 75%
- (D) 55%
- (E) 25%

12 GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

QUESTÃO	GABARITO
1	D
2	C
3	E
4	A
5	C
6	B
7	E
8	B
9	A
10	C
11	B
12	D
13	E
14	E
15	D
16	D
17	D
18	C
19	B
20	A
21	A
22	A
23	E
24	D
25	A
26	A
27	D
28	B